



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



E AGORA JOSÉ... PARA ONDE? IMPASSES EM TORNO DA IDENTIDADE E PROJETO DO MOVIMENTO DE AGRICULTORES EM CONSTANTINA-RS

EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO; VIVIEN DIESEL;

UFSM

SANTA MARIA - RS - BRASIL

picolottoae@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

**E agora José... para onde? Impasses em torno da identidade e projeto do
movimento de agricultores em Constantina-RS**

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar

Resumo

As contradições sociais no campo se fazem “terreno fértil” para mobilização de agentes questionadores da ordem e propagadores da transformação social. Partindo das contribuições teóricas de Castells, analisou-se a trajetória política do movimento dos agricultores em Constantina, os processos de formação de identidade e de projeto conduzidos pelas organizações gerais de agricultores e manifestos ao nível local. Desvendou-se que existem diferenças substanciais na identidade, projeto e estratégias da FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) e da Via Campesina. Estas diferenças manifestam-se, principalmente, quanto a integração ou resistência ao capital.

Palavras-chaves: movimentos sociais, transformação social, agricultura familiar, agricultura camponesa, Constantina

1. Introdução

Desde que as abordagens deterministas entraram em descrédito, entende-se que os rumos do desenvolvimento são dependentes do sentido da ação humana. Para Sztompka (1998, p.463) os movimentos sociais não são a única força que promove mudança mas constituem “talvez, a mais poderosa força de mudança em nossa sociedade”.

Castells (1999; 2002; 2003), identifica três processos históricos que ocorreram simultaneamente no último quarto do século XX e que produziram profundas alterações na sociedade contemporânea, a saber: a revolução das tecnologias da informação; a crise econômica tanto do capitalismo quanto do estatismo e a subsequente reestruturação destes; e o florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais, etc. Para o autor estes processos produziram uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social) que resultaram na formação de “uma nova sociedade”. O autor (2003) caracteriza esta nova sociedade remetendo à sua nova estrutura social dominante: a *sociedade em rede*; à sua nova economia: a *economia informacional global*; e, à sua nova cultura: a *cultura da virtualidade real*¹. Aponta ainda que, na sociedade contemporânea, a mudança estaria sendo moldada pelas tendências conflitantes do processo de *globalização* e da afirmação das *identidades* locais (CASTELLS, 2002).

Em função da centralidade das identidades na produção do social contemporâneo, Castells (2002) investiga sua formação e sugere que a construção de identidades coletivas – por ocorrer sempre em contextos marcados por relações de poder – pode desenvolver-se de três formas distintas. Uma das formas caracteriza-se por ser a identidade introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação. Neste caso é denominada de *identidade legitimadora* e se aplica as diversas teorias de nacionalismo. Quando a identidade é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade, ela é denominada de *identidade de resistência*. No caso em que os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social, forma-se a *identidade de projeto*.

Para Castells, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “*identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*”² (2002. p. 24), ou seja, um conjunto de organizações e instituições reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “*identidade destinada à resistência*, leva à formação de *comunas, ou comunidades*, [...] dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” (2002. p. 25)³; a *identidade de projeto* produz *sujeitos*, os quais, conforme definidos por Touraine, não são meramente indivíduos, são “o ator social

¹ Segundo Castells (2002, p. 17) a sociedade em rede “[...] é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pelas transformações das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressão das atividades e elites dominantes”.

² Grifos do autor.

³ Grifos do autor.

coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (2002, p. 26). Este último tipo de identidade requer a construção de um projeto de uma vida diferente, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como um prolongamento desse projeto de identidade. Do exposto depreende-se que ao constituir um movimento, forma-se uma *identidade*, que se refere à autodefinição do movimento, sobre o que ele é e em nome de quem se pronuncia; um *adversário* que se refere ao principal inimigo do movimento, conforme é declarado pelo próprio e uma *meta societal* (também chamada de *projeto* ou *objetivo* do movimento) que se refere à visão do movimento sobre a ordem ou organização social que almeja construir coletivamente⁴. Assim, o estudo dos movimentos sociais implica investigar como um determinado conjunto de pessoas passa a questionar as tendências em curso e explorar sua capacidade de “fazer a história” e, sobretudo, qual a natureza da mudança que pretende produzir.

O objetivo deste trabalho é identificar, descrever e analisar a trajetória das identidades coletivas criadas/assumidas e os projetos criados/adotados pelo movimento de agricultores no município de Constantina, região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Espera-se, assim, contribuir na elucidação da natureza da mudança proposta por este movimento – aproximando à reconfiguração do meio rural implícita no projeto. A conjuntura recente de aproximação do movimento ao Estado e um quadro de “disputa de projetos de mudança” entre organizações de agricultores reforça a importância deste estudo.

Na realização deste estudo partiu-se das narrativas dos líderes do movimento, recompondo-se a trajetória da mobilização e organização social e suas auto-definições quanto a identidade, projeto e adversário⁵. Para precisar e possibilitar uma adequada interpretação das entrevistas buscou-se a caracterização da estrutura agrária, recomposição do contexto histórico (especialmente quanto aos aspectos da evolução conjuntura econômica da agricultura na região e formas de organização política dos agricultores) e consulta a documentos diversos.

2. O local

A região do Alto Uruguai está situada no noroeste do Rio Grande do Sul e teve uma ocupação tardia em comparação com as demais regiões deste Estado. Coberta originalmente por florestas, sua ocupação mais efetiva deu-se pela formação de “colônias” a partir do princípio do século XX. Os ocupantes eram colonos provindos, em sua maioria, de outras colônias do Rio Grande do Sul, mais antigas, pela inexistência de terras disponíveis na região de origem⁶.

Conforme Schneider (1999) o modo de vida dos colonos neste período inicial caracteriza o que chama de *sistema agrícola colonial*⁷. Este sistema baseava-se,

⁴ Segundo é declarado pelo próprio Castells (2002), estes elementos de definição de movimento social são baseados em uma tipologia elaborada originalmente por Alain Touraine.

⁵ Nas entrevistas adotou-se a técnica da entrevista semi-estruturada. Realizaram-se sete entrevistas com lideranças dos movimentos sociais da pequena agricultura na região do Alto Uruguai, durante os anos de 2004 e 2005.

⁶ Maiores informações podem ser obtidas pela consulta a Zarth (1997) e Bernardes (1997).

⁷ O *sistema agrícola colonial* deve ser compreendido como uma forma particular de produzir e de se organizar socialmente: “A forma de produzir refere-se à organização do trabalho num processo produtivo capaz de assegurar a subsistência da família, é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução (Marx, 1986). A forma de sociabilidade refere-se ao modo

fundamentalmente, em uma *forma de produzir* e uma *forma de sociabilidade*. Em função das condições em que se instalavam as famílias, a forma de produzir alicerçava-se sobre a propriedade da terra, a produção para subsistência e as trocas econômicas locais. Assim, era praticada uma agricultura colonial baseada no corte e queima da mata e tendo como culturas principais o milho, o feijão preto, a abóbora, a mandioca e tabaco, além da produção da banha de porco (DESER, 2002) e a extração de madeira e de erva-mate (CARINI, 2005). As formas de sociabilidade predominantes eram as relações estabelecidas pelos colonos e suas famílias com o ambiente externo no qual predominavam as relações de parentesco, de solidariedade entre vizinhos, na prática de religião ou nas festas comunitárias. Era em torno da comunidade que se estabeleciam às relações sociais (CONTERATO, 2004).

Na perspectiva de Schneider (1999), o modo de vida dos colonos manteve-se socialmente ancorado no processo de expansão para áreas “virgens”. Conforme eram necessárias novas terras para os descendentes dos colonos, eram abertas novas colônias em uma região “desabitada”. Neste sentido, a reprodução do modo de vida colonial estava intimamente ligada à expansão e reprodução da agricultura colonial que, por sua vez, se dava pelo constante avanço sobre novas áreas, expandindo a fronteira agrícola e formando novas colônias. O assentamento de famílias criava, no curto prazo, a necessidade de novos assentamentos devido ao desalojamento de famílias (especialmente caboclos ou indígenas) ou pela necessidade de assentar as “novas gerações”. Dessa forma, já a partir da década de 1950, a carência de novas áreas (pela impossibilidade de parcelamento dos lotes – devido a sua pequena dimensão e o grande número de descendentes – e pelo esgotamento da fronteira agrícola) observa-se um grave entrave à reprodução social da agricultura colonial no Alto Uruguai (CONTERATO, 2004). A carência de áreas na região determinou a migração e ocupação de áreas de florestas consideradas desabitadas nos estados de Santa Catarina e do Paraná, o avanço sobre terras indígenas e as ações coletivas de reivindicação de acesso a terra por parte dos “colonos sem-terra”.

Dessa forma, com o fim das “terras virgens”, principalmente no final dos anos 50 e início dos anos 60, emergiram expressivos conflitos fundiários na região. Estes conflitos foram protagonizados, notadamente, pelo MASTER⁸ (na reivindicação por reforma agrária) e por colonos e indígenas (na pressão sobre as reservas indígenas).

3. Atores sociais e projetos

3.1. Da luta pela autonomia à luta pela inserção “qualificada” no mercado

A história da organização política dos agricultores remete a fatos ocorridos há cerca de três décadas atrás quando a Igreja inicia a formação de organizações de base na região. Nesta época os agricultores tinham aderido aos incentivos governamentais para modernização da agricultura, estavam relativamente especializados na produção de soja e manifestavam as primeiras preocupações com seu futuro devido as dificuldades de ordem financeira que estavam enfrentando desde o final da década de 70⁹.

pelo qual se estruturam as relações sociais que a família do colono-camponês estabelece com os elementos exteriores”. (SCHNEIDER, 1999, p. 21).

⁸ Movimento dos Agricultores Sem Terra.

⁹ Para maiores informações sobre o processo ver Brum (1988).

Segundo Zamberlam e Fronchetti (1992, p. 51) a concepção teórica da Teologia da Libertação orientou a prática da Igreja junto aos “pobres” do campo¹⁰, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência do (pequeno) agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias. Ou seja, as reflexões desenvolvidas colocam em questão a adequação do “modelo de agricultura industrial”, especialmente para o segmento social que tem como objetivo central a reprodução da família no meio rural. De modo geral, entendeu-se que o modelo de produção especializada de “*commodities*” tornava os agricultores muito vulneráveis às mudanças de conjuntura econômica, além de trazer outros problemas (exclusão do campo, ambiental, exploração social, etc). Neste contexto, os modelos de organização da produção que permitiam maior autonomia perante o mercado apresentavam-se como alternativos.

Com o trabalho da Igreja surgem as propostas de reorganização dos laços comunitários locais, a formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios em torno de problemáticas específicas e a constituição de atores sociais autônomos (novas organizações). Com o tempo entendeu-se conveniente ocupar espaços institucionais estabelecidos colocando-os em serviço da mudança que estava sendo perseguida, o que levou os agricultores organizados a concorrer à direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) local. Os agricultores organizados conquistam o sindicato em 1986 e colocam-no a serviço da construção de um modelo alternativo para os pequenos agricultores. Neste aspecto, o movimento foi além da postura reivindicatória por políticas públicas buscando avançar na dimensão propositiva com a realização de experiências ao nível local-regional.

A ênfase na promoção de experiências locais foi resultante de um processo de aprendizado de que as “lutas” reivindicatórias não bastavam para viabilizar a pequena agricultura. A Liderança I. V. relata como se chegou à compreensão de que era fundamental conciliar a luta geral com ações locais:

Depois de terminadas estas lutas iniciais [lutas gerais de “marcação de campo” com os governos] nós também passamos a discutir sobre a agricultura, que **não bastava só fazer lutas, nós precisávamos construir experiências próprias, alternativas na questão da agricultura**. E paralelo a isso, as organizações da nossa região criaram o CETAP, que vinha pra trazer suporte técnico e também político na questão da agricultura. Então, resolvemos fazer aqui em Constantina, em conjunto com o CETAP, algumas experiências na área de adubação verde e sementes.

Com esta avaliação os sindicatos “combativos” (então aproximados à CUT- Central Única dos Trabalhadores), contribuíram para a formação, em 1986, na cidade de Passo Fundo, do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). O CETAP deve ser entendido como um reflexo da luta destes atores sociais pela elaboração de uma proposta

¹⁰ Segundo Martins (1988), o setor progressista da Igreja tomou uma “opção preferencial pelos pobres”, uma opção que não é ingênua, mas sim uma clara opção política. Com esta “opção preferencial” da parte progressista, a Igreja entra em campo, principalmente em meados dos anos 70, na defesa dos marginalizados do meio rural. Essa concepção de defesa e promoção social dos “pobres” altera sobremaneira o papel da Igreja, que até então se colocava como defensora da *ordem*, do pacto político que evitava a desordem, da harmonia entre as classes. Nesse sentido, então, segundo Martins (1988, p. 57), a posição da Igreja “não é mais a *opção preferencial pela ordem*”. Mas, é uma “*opção preferencial pela des-ordem* que desata, desordenando, os vínculos de coerção e esmagamento que tornam a sociedade mais rica e a humanidade mais pobre. E ao desatar, liberta” (p. 57).

tecnológica alternativa à pequena agricultura, que garantisse, antes de tudo, sua sustentabilidade e autonomia em relação aos mercados capitalistas¹¹. Então, como parte deste processo de mudança em Constantina foram organizados diversos grupos de agricultores (em associações de cooperação) e construídas diversas experiências. Segundo Liderança I. V.:

Se constituíram várias associações de cooperação agrícola que passaram a desenvolver experiência de forma coletiva algumas delas, outras de semente de milho, outras de adubação verde, enfim, e que teve um papel importante, por que o pessoal produzia a semente de milho e nós conseguia colocar toda a semente de milho. Se desenvolveu, por exemplo, criação de suínos ao ar livre, inicialmente, depois se parou, associações de máquinas, enfim, teve uma série de alternativas que foram sendo trabalhadas.

O auge destas associações se deu no início dos anos 90. Assim, segundo a Liderança I. V. “[...] chegou num momento em que nós estávamos com 32 associações que vinham num processo de discussão sobre a agricultura. Eram 320 famílias que participavam deste debate”.

No início da década de 90, as experiências de agricultura alternativa e de organização da produção supracitadas começavam demonstrar que não eram suficientes para viabilizar os pequenos agricultores. De um lado, ficava evidente que as experiências conseguiram propiciar certa autonomia aos pequenos agricultores no que tange as sementes (mesmo limitadas a algumas culturas, principalmente o milho e adubação verde) e que estas fortaleceram a capacidade de iniciativa e de construção de ações coletivas das comunidades rurais. Por outro lado, as lideranças entrevistadas destacaram que estavam tomando consciência que estas experiências não conseguiram atender a principal necessidade que a pequena agricultura possuía naquele período: superar o estrangulamento nas fontes de renda. Ou seja, fazer as próprias sementes de milho, adubação verde, organizar associações não propiciava o desenvolvimento de fontes alternativas de renda. O que se conseguia era reduzir os custos de produção de algumas culturas que, na maioria das vezes, eram de subsistência. Dessa forma, as principais fontes de renda continuavam sendo o plantio da soja e do trigo (culturas que a adubação verde e a produção de sementes próprias eram de difícil aplicação) e a criação de suínos¹². Assim, não conseguiam romper com a dependência dos agricultores aos agentes da agricultura especializada (como a COTRISAL¹³).

Em termos de projeto esta avaliação traz importantes constatações: a necessidade de manter um “carro-chefe” (produção geradora de renda monetária) e, portanto, a dificuldade de superar a dependência com relação à produção de *commodities*; e a dependência às políticas públicas uma vez que estas *commodities* devem ser produzidas segundo um

¹¹ O CETAP foi concebido para motivar, assessorar e coordenar um conjunto de experiências de agricultura alternativa e também contribuir nas ações coletivas de resistência à agricultura especializada. A base do modelo alternativo de agricultura previa a conservação do solo, diversificação da produção associada à adubação verde e a produção de sementes na propriedade. Estes eram destacados como elementos importantes, pois vinham para dar maior autonomia aos pequenos agricultores. Já a motivação para formação de organizações cooperativas, principalmente através de associações de cooperação agrícola, buscava fortalecer a tessitura social dos pequenos agricultores e viabilizar projetos de diversificação que requeriam maior escala de capital.

¹² Ou seja, os agricultores ainda ficavam dependentes da renda que provinha da produção de *commodities*, que tinha por principal canal de comercialização a COTRISAL e esta, por sua vez, era identificada como adversária do projeto alternativo de agricultura.

¹³ O município de Constantina fica na área de atuação da COTRISAL (Cooperativa Triticola Sarandi Ltda.). Esta Cooperativa é concebida como agente da modernização da agricultura e incentivadora da especialização.

modelo tecnológico com uso intenso de capital, seja na forma de maquinários (capital fixo) ou insumos (capital variável).

A direção do Sindicato observando as limitações das experiências de agricultura alternativa entendeu que parte dos problemas deviam-se a falta de uma organização para incentivar e escoar a produção alternativa dos agricultores¹⁴. Com este diagnóstico, parte-se para a discussão das possibilidades de construção de uma estrutura central, que agregasse as associações e que suprisse estes estrangulamentos (viabilizando a comercialização de outros produtos e permitindo uma forma de inserção mais favorável no mercado). Segundo relato da Liderança I. V.: “[...] nós chegamos a conclusão que deveríamos construir uma estrutura, ou uma central de associações pra desenvolver alguma atividade [alternativa] ou uma cooperativa” (cogitava-se a possibilidade de formar uma cooperativa que trabalhasse a diversificação de atividades econômicas).

O encaminhamento dado, então, foi a convocação de um seminário para discutir a “pequena produção” e a “questão agrária”. O seminário foi organizado pelo STR no ano de 1991 e destaca-se que este evento contou com a participação de cerca de 400 agricultores.

Nesta reunião o movimento tomou a decisão de formar uma cooperativa que trabalhasse com a atividade do leite. Neste contexto surge a Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda (COOPAC), fundada no ano de 1991, como resultado da mobilização dos agricultores familiares do município. Segundo relato das lideranças um fator que motivou os pequenos agricultores a fundar uma nova cooperativa foi a imposição, por parte da COTRISAL, de uma cota mínima (de 50 litros a cada dois dias por produtor) para continuar recolhendo leite. Os produtores de leite do município neste ano (1991) eram 150. Então, segundo Liderança A.L. “[...] se tira de encaminhamento de se construir um Posto de Recebimento de Leite e se começa a fazer trabalho a campo, sobre adubação verde, pastagens, vaca de leite, criação correta da terneira”. Dessa forma, os pequenos agricultores de Constantina buscaram solucionar as limitações das associações criando uma cooperativa de produção que propiciasse suporte, em princípio, para o desenvolvimento da atividade leiteira. Ou seja, buscou-se favorecer uma atividade produtiva que constituísse uma alternativa de renda aos pequenos agricultores¹⁵.

Em 1993 concluiu-se a construção do Posto de Resfriamento de Leite e a Cooperativa começou a operar com 300 produtores de leite o que, segundo Liderança A. L., se deveu ao fato de a COOPAC ter procurado incluir todos os produtores de leite que existiam no município. Como atesta ele próprio: “[...] aqueles que produziam cinco, dez litros, também entregaram e a COOPAC recebeu”. Isso propiciou um grande aumento do número de produtores de 150 para mais de 300 agricultores, que passaram a trabalhar com a atividade leiteira comercialmente. A comercialização do leite foi viabilizada, inicialmente, através da CORLAC¹⁶, que garantia o escoamento da produção. Com isso, a Cooperativa conseguiu manter-se com uma estrutura mínima. A possibilidade de escoamento garantido e relativo sucesso na ampliação da produção e do número de produtores deu base para um

¹⁴ O Sindicato já vinha recolhendo a produção de semente de milho e de adubação verde excedentes e comercializando entre os agricultores. Mas, estas ações se mostravam limitadas tanto pela falta de estrutura do Sindicato para ampliar estes canais de comercialização alternativos, quanto pela limitada produção destas sementes pelos agricultores.

¹⁵ A viabilização da infra-estrutura inicial da Cooperativa – para começar o recolhimento de leite - deu-se através de uma conjugação de ações e parcerias com o poder público local e estadual, além do voluntarismo dos agricultores interessados na viabilização da atividade leiteira através da COOPAC.

¹⁶ A Cooperativa Estadual de Lácteos e Correlatos (CORLAC) que no início das atividades da COOPAC era uma empresa estatal, ainda no final de 1993 foi privatizada, passando ao controle de algumas cooperativas de pequenos agricultores do setor leiteiro. Mesmo com a privatização esta continuou recolhendo e comercializando a produção leiteira das pequenas cooperativas.

entusiasmo que persistiu até o ano de 1997. Comenta-se que até este ano a atividade ancorou-se bastante na “vontade que se tinha”, no voluntarismo, segundo Liderança A. L.:

Se passou os primeiros anos bem, no quarto ano é que se teve algumas dificuldades por que se quebrou o sistema CORLAC e daí a COOPAC teve que buscar seu próprio caminho e então, ali teve um grande debate dentro da Cooperativa, que foi lá por 97. Então, a COOPAC vinha até ali feito um rolo, só aquela vontade que se tinha, por que não mudou muito, as questões legais, planejamento interno da Cooperativa, tudo isso.

Este “novo caminho”, segundo relatos, começou com a realização de um planejamento das atividades da Cooperativa para três anos, com assessoramento do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor)¹⁷ de Erechim. Segundo a Liderança A.L.:

Então, em 97 se fez um debate bastante amplo da Cooperativa e foi ali que depois de 97 pra cá que se teve um crescimento bastante grande até 2000, por causa do planejamento e também a COOPAC toma várias decisões de trabalho, na questão legal, na questão orientativa.

Dessa forma, com a crise da CORLAC e a conseqüente perda do canal de comercialização do leite, a COOPAC precisou “buscar seu próprio caminho”, e fez isso através da formação de uma marca própria de leite e do estabelecimento de um escritório para comercializar sua produção leiteira na região metropolitana de Porto Alegre. Com a realização do planejamento supracitado manifesta-se a intenção de expandir a atuação da Cooperativa a outros produtos da agricultura familiar, buscando viabilizar mais fontes alternativas de renda às famílias. Considerou-se que já estava aberto um canal de comercialização de leite na região metropolitana, e através deste poderia ser viabilizada a comercialização de outros produtos. Do mesmo modo, poderiam ser incentivadas outras formas de comercialização como as feiras. Optou-se por incentivar a produção de produtos “orgânicos”, tendo em vista a busca de culturas “limpas” e a exploração deste nicho de mercado, que se expandia. O relato da Liderança A.L. detalha:

E a COOPAC também cria uma marca própria do leite, de 97 pra cá. Entra no mercado, ela não depende mais de ninguém e continua o seu trabalho. Entra o soja orgânico, que é uma experiência bastante importante. E a COOPAC foi uma das pioneiras da região sobre o soja orgânico, o milho, o trigo. A COOPAC entra ali na produção familiar, com experiências de feira, a COOPAC começa a participar de feiras em Porto Alegre, pra cá, pra lá, venda de açúcar mascavo, compra dos produtores e vende pra fora, amendoim e pipoca.

Dessa forma, foram estabelecidas algumas bases político-organizativas locais para a viabilização econômica dos pequenos agricultores através do rompimento (mesmo que relativo) do círculo vicioso da dependência das cooperativas tradicionais (da produção de trigo e soja). A orientação para nichos de mercado e a organização “cooperativa”, teoricamente, promovem maior possibilidade de apropriação do resultado do trabalho pelos produtores.

Simultaneamente ao relativo fortalecimento das organizações locais observa-se a paulatina rearticulação das organizações de representação dos agricultores com a unificação da “pauta nacional” (CUT/CONTAG¹⁸) e a mobilização dos agricultores –

¹⁷ O CAPA é uma ONG de vinculação a Igreja Evangélica de Confissão Luterana que mantém uma estrutura e um trabalho de apoio a agricultura alternativa.

¹⁸ CUT: Central Única dos Trabalhadores; CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

trazendo à cena política nacional suas reivindicações. Os “Gritos da Terra” (que ocorrem a partir de 1994) constituem um marco na retomada da “luta nacional” e eles têm participação dos pequenos agricultores de Constantina. É significativo que uma das principais “conquistas” desta mobilização é o PRONAF (Programa Nacional para Agricultura Familiar), que tem como uma das suas principais frentes de ação o crédito (viabilizador da produção de *commodities*). Talvez este fato se explique pela consciência da “dependência” da produção de “commodities” e das dificuldades da “transição” para modelo alternativo. A democratização, por sua vez, possibilitou que atores identificados com as “lutas populares” assumissem administrações públicas.

As novas políticas públicas (especialmente aquelas preconizadas por administrações populares) requeriam a participação de organizações sociais na sua concepção e implementação e, assim, os movimentos tiveram de posicionar-se quanto a esta oportunidade. Aparentemente, não houve uma unidade de orientação dentro dos diferentes movimentos populares quanto a conveniência de “participar”.

Dentre as organizações que optam pela ocupação dos espaços institucionais, e conseqüentemente, pela aproximação do Estado, destacam-se os sindicatos vinculados à CONTAG e, com pouco mais de ressalvas, muitos dos sindicatos cutistas. Cabe observar que a aproximação do Estado trouxe importantes implicações para a trajetória destas organizações. Destaca-se, por um lado, a criação de organizações de apoio para facilitar o acesso e a implementação das políticas públicas como, por exemplo, a criação da CRESOL (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária) pelos sindicatos rurais vinculados à CUT, com vistas a facilitar o acesso aos recursos do PRONAF; a criação da COPERHAF (Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar) que tem por objetivo facilitar o acesso à política de habitação rural; e a COPERAC (Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias de Constantina e Região) que objetiva facilitar o acesso a políticas públicas para as agroindústrias. Ainda, são criadas “novas organizações” para aumentar o poder de barganha na negociação de políticas públicas, citando-se como exemplo a formação da Frente Sul da Agricultura Familiar (Frente) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul). A formação da Frente e da FETRAF-Sul faz-se sobre uma base organizativa anterior, de caráter regional, que remete à Articulação Sindical Sul (década de 80), ao Fórum Sul dos Rurais da CUT, criado em 1992, ambas vinculadas ao sindicalismo cutista (CORDEIRO et al., 2003). A Frente, formada em 1999, teve por objetivo a organização de sindicatos, cooperativas e ONGs que se identificaram com o projeto da agricultura familiar¹⁹. Esta articulação regional em torno da identidade da agricultura familiar propiciará a formação, em 2001, da organização sindical formalizada (com vinculação cutista) que passará a disputar as bases da CONTAG: a FETRAF-Sul²⁰.

Segundo Cordeiro et al. (2003), o surgimento da FETRAF-Sul vem reforçar duas tendências importantes que emergem no movimento sindical de trabalhadores rurais durante os anos 90. A primeira, diz respeito ao surgimento e fortalecimento de novas identidades políticas e sociais, no caso, a de agricultor familiar, em detrimento da

¹⁹ O movimento sindical dos “rurais da CUT” – depois de um período de desarticulação regional – volta a se articular mais efetivamente na região Sul formando, em 1999, a Frente. A Frente serviu como um instrumento para unificar a pauta entre as diferentes organizações. Segundo Munarim (2005 p. 08): “Está explícito que [a Frente Sul da Agricultura Familiar] não se trata exatamente de mais um sujeito institucionalizado, ou legalmente constituído, senão que, trata-se de uma articulação de diversas organizações, ou da mobilização destas em torno de um objetivo comum, qual seja, o de construção de uma identidade nova e de interesse de todos, que seria a *Agricultura Familiar*”. (grifos no original).

²⁰ As cooperativas e as ONGs que compunham a Frente passaram (em sua maioria) a apoiar as ações da FETRAF-Sul, mas não compõem oficialmente esta Federação, pois se trata de uma organização sindical.

identidade genérica de trabalhador rural. A Federação estrutura-se enquanto representação política e sindical da agricultura familiar da região Sul. E a segunda tendência, aponta para a potencial quebra da estrutura sindical oficial, baseada em um sistema hierárquico constituído pela confederação, pelas federações e pelo sindicato único de base municipal, e sua substituição por um sistema mais plural, capaz de dar conta das especificidades econômicas, políticas e sociais das diferentes categorias de trabalhadores rurais: “O surgimento da FETRAF-Sul gera, necessariamente, um tencionamento no âmbito do sistema CONTAG” (CORDEIRO et al., 2003, p. 119). Acontecimento recente reforça esta tese. No final do ano de 2005, a FETRAF-Sul e outros setores do sindicalismo rural historicamente vinculados à CUT, de outras regiões do País, decidiram formar uma organização sindical representativa da agricultura familiar em âmbito nacional, denominada de FETRAF-Brasil.

Torna-se importante observar que, neste processo de aproximação com o Estado, há necessidade de definir um “papel” para este segmento social. Neste sentido, as preocupações em torno à segurança alimentar (disponibilidade e padrões da produção de alimentos), o aumento dos mercados para produtos diferenciados têm representado uma oportunidade para aqueles que, há tempos, vinham buscando uma alternativa à produção de *commodities*. Para o entendimento deste trabalho, a recente valorização da “produção familiar” deve-se, de um lado, ao reconhecimento oficial e acadêmico desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no País e, de outro lado, ao trabalho de redescoberta dos produtos “artesanais”, “caseiros” ou “coloniais” promovido tanto pelas entidades dos agricultores familiares, quanto por setores do Estado e da academia²¹. A produção de alimentos vem sendo, assim, afirmada no imaginário do projeto da agricultura familiar.

O modelo de agricultura proposto pelos movimentos fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o consumo interno. Segundo esta perspectiva, o setor do agronegócio pode dedicar-se à produção de *commodities* e a agricultura familiar responsabilizar-se com a produção dos alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão foi explicitada no lema da Frente Sul da Agricultura Familiar (em 1999-2001): “Agricultura Familiar: a mão que alimenta a nação”. Posteriormente, reaparece nas chamadas dos Congressos da Agricultura Familiar organizados pela FETRAF-Sul (conforme Figura 1).

²¹ Segundo Fröhlich (2002), as preocupações ambientais de nossa época, constituem-se na principal matriz de produção de novos sentidos para o rural contemporâneo. O rural ao ser condicionado pelo processo de globalização é associado a uma noção positiva da natureza, construindo-se como um lugar privilegiado, sobre os planos simbólicos e práticos do contato da sociedade com a natureza. Assim, o rural vem superando muitas das valorações negativas que lhe eram imputadas no ideário da modernização. Este processo que atualmente se constrói relacionando o meio rural com a questão ambiental “tem se constituído na fonte possível de recomposição e ressemantização do rural, revalorizado por todo um aparato simbólico de ‘rusticidade’, ‘autenticidade’, ‘sociabilidade’, e de ‘qualidade de vida’” (2002, p. 18).



Figura 1 - Cartaz Congresso de fundação da FETRAF-Sul, Chapecó, 28 a 30 de mar de 2001.

Observa-se, na Figuras 1, referências à diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar (na inscrição das palavras “Agricultura Familiar” com alimentos) e a influência ideológica da perspectiva da Igreja no que se refere às metáforas: “Plantando o Novo Sindicalismo” e “Semente de uma Terra Solidária”. Cabe assinalar que estes elementos fazem parte do discurso que fundamentava a ação da Igreja desde a década de 80, quando da deflagração das primeiras oposições sindicais (época em que se objetivava formar um “novo sindicalismo”, um “sindicalismo autêntico”, que defendesse os interesses dos agricultores, resolvesse seus problemas, etc.); e, da mesma forma, a expressão “Semente de uma Terra Solidária” refere-se aos objetivos de fortalecimento dos laços comunitários da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade ou em uma expressão síntese: da *agricultura familiar* integrada à comunidade.

A produção de alimentos vem associada à retomada de elementos culturais do passado “colonial”, a qual foi iniciada ainda durante a fase de resistência da pequena agricultura, quando se valorizou a produção de sementes próprias, a adubação verde, a reorganização comunitária, a cooperação entre as famílias e a produção de subsistência. No entanto, atualmente, a valorização dos produtos “naturais” aufere-lhe “novos significados”.

3.2. Dissidência 1: divergências iniciais em torno das estratégias e projeto do movimento

A partir da metade dos anos 90 a condição de isolamento político da pequena agricultura se altera, quer seja pela articulação eficiente das principais organizações representativas gerais a nível nacional, quer seja pelo estabelecimento de negociações com o governo federal e o reconhecimento oficial da agricultura familiar como um segmento social digno de ser contemplado com políticas específicas (como o PRONAF). Observa-se, assim, uma relativa convergência de interesses entre o Estado e os movimentos sociais. Tal conjuntura favorecia o encaminhamento das reivindicações dos agricultores por meio de negociações e da institucionalidade estabelecida.

No entanto, este quadro de “melhora” da negociação com o Estado mostrou-se insuficiente quando os agricultores enfrentaram uma situação de “calamidade pública”. No princípio de 1996 uma seca atingiu grande parte da região Sul e deu provas aos agricultores de que as centrais sindicais (CUT/CONTAG) não conseguiam negociar com

os governos medidas suficientemente compensadoras às perdas da produção. Diante desta constatação, agricultores decidiram se mobilizar e organizaram vários acampamentos no Rio Grande do Sul. Destas mobilizações surgiu o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Na região do Alto Uruguai ocorreu a mobilização “ponta de lança” deste Movimento, ao se formar, em janeiro de 1996, um acampamento as margens da BR 386 (que liga Seberí à Porto Alegre) no município de Sarandi. Segundo a Liderança V. Z., a formação do MPA ocorreu principalmente pela constatação, durante as “mobilizações da seca”, de que o sindicalismo se acabava nas negociações de algumas medidas paliativas emergenciais (principalmente o crédito), “quando na verdade o grande problema que ficava claro naquele momento era a mudança do modelo da agricultura”. Dessa forma, segundo relato da Liderança V. Z.:

Algumas pessoas começaram a entender que o problema da agricultura familiar não era só pela seca daquele ano, era em função de todo um modelo de produção que foi implementado na década de 70 pela Revolução Verde e que vinha cada vez mais empobrecendo a pequena propriedade, a agricultura familiar e consequentemente expulsando ela do seu meio. Então, a partir daí **algumas pessoas achavam que dava pra continuar reproduzindo aquele modelo e que apenas com crédito o governo resolveria o problema da agricultura familiar e um outro grupo entendeu que o problema era mais profundo, era de modelo e aí entenderam que era preciso manter um processo de mobilização permanente.** E assim começou o processo e se cria um Movimento. Não é uma instituição como é uma federação ou um sindicato. É um movimento para ir se adaptando a cada momento da conjuntura e também ir fazendo todo o processo de enfrentamento ao modelo que tá aí, desde o ponto de vista político, quanto do ponto de vista da produção e da mudança de modelo de fato.

A criação do MPA pode ser interpretada como uma dissidência do sindicalismo da pequena agricultura que vinha se organizando desde os anos 80. O surgimento deste Movimento repercutiu na necessidade de posicionamento das organizações sindicais do Alto Uruguai diante da nova proposta organizativa e das já existentes. Segundo relato da Liderança B. Z., até os anos de 1997-1998 os agricultores de Constantina teriam ficado em dúvida quanto a melhor opção organizativa e, em função disso, teriam participado durante este período tanto da formação do MPA, quanto das reuniões organizativas do Departamento Rural da CUT. Mas, posteriormente, segundo a Liderança B. Z.:

Em 1998 ficou mais claro que o MPA era tendenciado a fazer uma política próxima do MST. Claro que hoje mudou bastante. Mas, na época nós achamos que nós não estávamos contemplados dentro desta política [...] por isso nos demos continuidade no Departamento Rural da CUT [...] ficou uns dois, três anos até 98 aí, eu diria meio que se namorando, participa pra cá, pra lá, participa dos dois e tal. Por que não era uma briga pessoal, era uma briga de projeto, sadia.

Em suma, a formação do MPA na região do Alto Uruguai implicou na divisão dos sindicatos até então vinculados ao Departamento Rural da CUT. Assim, enquanto alguns sindicatos buscaram fortalecer o sindicalismo cutista e o projeto da agricultura familiar que estava sendo gestado, outros preferiram mobilizar-se em uma organização (movimento social) mais flexível e dinâmica que permitia desenvolver lutas mais radicalizadas e “por fora” da estrutura oficial do sindicalismo (considerada demasiado burocrática e formalista). Ambos, inicialmente, perseguem um projeto em favor da agricultura familiar, mas diferem, principalmente, no que se refere a forma de luta e na relação com os governos.

3.3. Dissidência 2: divergências em torno do projeto

O Estado, através de programas para públicos específicos, ações “públicas não-estatais” e construção “participativa” de políticas públicas aproximou-se dos movimentos que preconizavam a “democracia de base”, especialmente onde existiam *administrações populares*. A estratégia de participação nas estruturas do governo, o modelo da agricultura familiar e a estrutura e forma de atuação da representação dos agricultores passaram a ser questionados por algumas organizações de agricultores. Estas últimas passaram a identificar nas políticas de fortalecimento da agricultura familiar uma clara opção do governo federal pela não-realização da reforma agrária e pela concessão de políticas compensatórias a um setor da pequena agricultura visando integrá-la e cooptá-la.

A inconformidade com o projeto e estratégia de luta hegemônica dos agricultores familiares levou à dissidência e criação de novas organizações com a necessidade de diferenciação de projeto. A postura crítica do MPA, por exemplo, aproximava-se àquela já assumida por outros atores importantes, como o MST, MAB, MMTR, CPT e FEAB²². Este conjunto de atores, ao final da década de 90, se agrega a um movimento internacional de resistência camponesa: a “Via Campesina”. A Via Campesina, criada em 1992, configura-se como uma organização de diversos movimentos camponeses da Ásia, África, América e Europa. Segundo Fernandes (2004), esta organização atua como uma rede mundial de movimentos camponeses. O autor destaca que dentre as principais linhas de ação da Via Campesina está a constituição de um projeto contra-hegemônico baseado na agricultura camponesa (ecológica e sustentável) em contraponto à agricultura empresarial especializada e que, mais recentemente, tem se contraposto radicalmente à utilização de organismos geneticamente modificados na agricultura. Dessa forma, a Via Campesina tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar (como o direito dos povos de definir sua própria política agrícola), bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. Assim, a Via Campesina busca, através da articulação internacional, contrapor-se aos modelos de agricultura e às políticas agrícolas e agrárias que agridem o meio ambiente, a cultura e a identidade camponesa, ao mesmo tempo em que propõe formas mais democráticas, sustentáveis e autônomas de desenvolvimento da agricultura e dos povos.

O projeto da Via Campesina (no Brasil) passa a ficar mais claramente definido com algumas elaborações teóricas recentes. Horácio Martins de Carvalho vem buscando avançar na definição da identidade e projeto do campesinato no Brasil. O autor parte de um resgate da literatura sobre o tema, o qual apresenta no trabalho “*Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*”²³ (2004). Primeiramente, cabe salientar a retomada, em certa medida, do trabalho de Tepich (1973) e Chayanov (1974)²⁴, para a caracterização da especificidade das formas

²² MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil).

²³ Esta Coletânea, organizada por Horácio Martins de Carvalho em nome da Via Campesina do Brasil, busca resgatar alguns importantes trabalhos sobre a situação do campesinato brasileiro e dar suporte teórico para o debate sobre o desenvolvimento da agricultura camponesa. Destaca-se que esta obra ainda não foi publicada, mas esta em vias de publicação (no Prelo).

²⁴ O russo Chayanov (1974) desenvolveu estudos para comprovar a viabilidade e a eficiência das unidades econômicas camponesas na União Soviética. Para ele, os camponeses não trabalham com objetivo de obterem lucros, mas com intenção de satisfazerem suas próprias necessidades. Para isso, seguem uma lógica diferenciada da racionalidade instrumental capitalista, a qual obedece a uma lógica de equilíbrio entre o *consumo* e o *trabalho* da família. O polonês Tepich (1973) caracterizou a economia camponesa como um modo de produção particular: o “modo de produção camponês”. Este autor adverte que este modo de produção não é gerador de uma formação socioeconômica particular, ele está presente nas formações

camponesas e, de Castells (2002), para a caracterização dos desafios atuais dos movimentos sociais na transformação social.

Para Carvalho (2004), em face da multiplicidade dos modos de apropriação da natureza e dos saberes utilizados para controlar o seu proveito, as famílias camponesas desenvolveram uma racionalidade que lhe é própria, ainda que plena de diversidade histórica, étnica e territorial: a *racionalidade camponesa*. Assim, coloca que há um traço característico do campesinato:

Não se adota para o campesinato, no universo de reflexão aqui exposto, as designações modo de produção, classe social ou categoria social. Afirma-se, sim, a especificidade camponesa em relação à empresa capitalista, especificidade essa que é conseqüência de uma racionalidade econômica, social e ecológica desenvolvida na história do próprio campesinato e na interação crítica e adaptativa com a racionalidade da empresa e do mercado capitalista. (2004, p. 148).

Essa *racionalidade camponesa*, para Carvalho (2004), é um conjunto de valores que move o sujeito social camponês e apóia-se em dois elementos centrais: a *garantia continuada de reprodução social da família* e a *posse sobre os recursos da natureza*. Dessa forma, “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família” (2004, p. 148). O camponês, para Carvalho (2004, p. 148), constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Com esta demarcação do sujeito camponês, o autor busca resgatar tanto a dimensão utópica do modo de vida camponês, quanto as alternativas de resistência camponesa ao capitalismo e a possibilidade de superação deste modelo econômico.

Carvalho (2004), então, fazendo um claro resgate da aplicabilidade destas teorias, busca mapear as várias formas de expressão camponesa da atualidade no Brasil:

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a *recursagem* (extração de recursos naturais pelos lavradores locais), os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas à parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país (Bavaresco, 2004). E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (CARVALHO, 2004, p. 149).

Inspirando-se em Castells (2002), o autor avança na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros. Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social” (ou como chama: “Comunidades de Resistência e Superação”) (CARVALHO 2002). Em suas palavras:

Seria fundamental, então, que a reafirmação da identidade social camponesa (e a do extrativista e a dos povos indígenas) fosse revivificada não pela volta à comunidade camponesa utópica pré-capitalista, mas segundo outros referenciais sociais capazes de constituírem uma ou várias identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão

existentes, adapta-se e internaliza, à sua maneira, as leis econômicas de cada formação socioeconômica, ao mesmo tempo deixa, com maior ou menor intensidade, em cada uma das formações a sua marca.



social e de superação do modelo econômico e social vigente. (CARVALHO, 2004, p. 168)

O autor compreende que estas identidades de resistência, uma vez formadas, permitem a constituição de projetos coletivos de transformação social e, com isso, criar-se-iam as possibilidades de “superação do modelo econômico e social vigente”.

4. E agora José... para onde?

A postura da Via Campesina de resgate de formas sociais camponesas, que tenham racionalidade específica, que resistam ao capitalismo e, acima de tudo, que partam para uma tática de construção de comunidades de resistência têm motivado divergências substanciais tanto com os defensores do projeto da agricultura familiar (como a FETRAF), quanto com alguns de seus históricos aliados institucionais (como o PT – Partido dos Trabalhadores). Tais divergências colocam a necessidade de delimitar melhor cada um dos projetos de mudança social permitindo a compreensão de suas potencialidades e limites. Avalia-se, no presente trabalho, com maior detalhe a proposta dos movimentos filiados à FETRAF utilizando-se da crítica feita pela Via Campesina como estratégia para melhor compreensão dos seus limites e potencialidades.

Como ponto de partida para análise do projeto da FETRAF cabe reconhecer que ele se apresenta como a serviço da afirmação social de um público: o agricultor familiar. Destaca-se que a postura de fortalecer a identidade da agricultura familiar como um elemento positizador da pequena produção, que tinha baixa auto-estima e estava em decadência desde os anos 80. Resulta, assim, em uma inversão na forma de representação deste setor social.

Observa-se uma ressignificação de atributos do passado colonial que, mais especificamente, constituem elementos conservadores da fundamentação da identidade e do projeto da agricultura familiar.

A Figura 2, apresenta os elementos desejáveis da agricultura familiar: família grande, coesa e socialmente estável (observa-se três gerações), descendente de colonos (uso de chapéu de palha) e produtora de variados alimentos para a nação.

Semear

Semente do novo sindicalismo. *em revista.*

FETRAF-SUL
Novembro de 2005 - Nº 01



Figura 2 - Capa da Revista Semear nº 1, nov 2005. Editada pela FETRAF-Sul.

Os princípios conservadores da identidade evidenciam-se na preservação da unidade doméstica de produção enquanto unidade básica de reprodução da família agricultora. Estimulam-se formas de cooperação e de ajuda mútua, mas não além das estimuladas e recomendadas pela Igreja desde os anos 80. Ou seja, as atividades cooperativas não passam de atividades complementares à unidade produtiva familiar (como nas agroindústrias, nas associações de máquinas, nos condomínios) ou constituem atividades pontuais como o mutirão na construção de casas, galpões, estrebarias, o auxílio às famílias com pessoas doentes, etc. Assim, mantém-se individualizado o essencial da produção da unidade e as atividades cooperativas que propiciam renda (agroindústrias, condomínios, etc.) figuram como complementares à segurança familiar. Segundo a Liderança A. L. o projeto da agricultura familiar abrange a melhoria da qualidade de vida destas famílias e isso também passa pela organização e embelezamento da propriedade para ser um “lugar de se viver bem e gostar”²⁵.

Do mesmo modo a agricultura familiar não busca outro papel na sociedade do que a volta a sua função da época do sistema agrícola colonial. Ou seja, com este “nova” identidade e “novo” projeto busca, primordialmente, reintegrar-se à sociedade nacional, auto-atribuindo-se a função de “alimentar a nação” (leia-se a produção de alimentos para o mercado interno). No entanto, deve-se reconhecer que este projeto de agricultura familiar ao reivindicar esta função (“alimentar a nação”), que havia perdido (ao menos ao nível oficial), produziu uma nova significação desta agricultura, ou melhor adequando os termos,

²⁵ Para a Liderança A. L. “A organização é fundamental em tudo, começa lá na propriedade do agricultor, se não tem organização não avança. Nos já fizemos um trabalho nisso. **Olha o agricultor tem que pelo menos fazer da propriedade dele um lugar de se viver bem e gostar.** Uma vez eu lembro que tinha nos lugar em volta dos galpão cheio de guaxuma e isso, aquilo e o agricultor as vezes não enxergava. Então a gente fez trabalho pra isso. Bom, chegou o final do ano pelo menos compra dois saquinho de cal e cola e pinta as instalações, o galpão, as arvores ao redor da casa, embelezar os arredores com flores, com isso, com aquilo, corta a grama.”

uma *ressignificação cultural positivada* dos elementos desta agricultura. São incorporados ao discurso elementos ecológicos, da qualidade dos alimentos, de valorização da diversidade, bem estar, etc. A passagem a seguir é ilustrativa:

[...] eu não tenho dúvida, enquanto dirigente de cooperativa e enquanto agricultor também, que **o meio rural hoje é um meio de se viver bem, basta organização e o agricultor acreditar em si mesmo**. Porque aquilo que a agricultura oferece hoje, a agricultura familiar, é uma coisa muito rica, é uma coisa que o amanhã vai valer muito dinheiro, o salame, a banha, as hortaliças, as frutas, o mandiocal, o batatal, o mel das abelhas, as chimias. E, ainda, o que ele produz pra vender, pra ganhar renda, o leite, criar a terneira corretamente, produzir leite a base de pasto, o soja orgânico hoje tem mercado diferenciado, ele ganha de 20 a 30% a mais por ele produzir um produto diferenciado. (Liderança A. L.).

A remodelagem e ressignificação cultural da “pequena agricultura” em “agricultura familiar” produtora de alimentos para a Nação tem fortalecido a representação deste setor social e propiciado o estabelecimento de melhoras na relação com o Estado e com a Sociedade. Entretanto, a compreensão do alcance deste projeto enquanto proposta de mudança social requer algumas considerações sobre seu potencial e sua “seletividade”.

Inicialmente, cabe reconhecer que não se pode dizer que esta melhoria do reconhecimento público e o aumento da oferta de políticas públicas seja extensivo a todos os segmentos empobrecidos do campo. Tanto os programas públicos, quanto o projeto da agricultura familiar, defendido pelos atores sociais a ele afiliados, buscam fortalecer o segmento social que pode ser potencialmente sustentável (economicamente viável), desde que subsidiados com algumas políticas. Dessa forma, os segmentos camponeses que não são “potencialmente sustentáveis” (os mais fragilizados e marginalizados), aparentemente, não estão entre o público beneficiário (prioritário) nem das políticas de fortalecimento auferidas pelo Estado, nem das organizações representativas da agricultura familiar. Não o estão ou porque não possuem capacidade de responder aos recursos públicos com produção de matérias-primas ou porque não desenvolvem a “agricultura familiar”: são agregados, parceiros, ocupantes, “bóias-frias”, cablocos, indígenas, etc. Assim, estes continuam a mercê de organização tanto para reivindicar a inclusão nas políticas já existentes, quanto para afirmar suas especificidades perante o Estado e a Sociedade. Estes setores “excluídos” das políticas públicas e “não prioritários” às organizações da agricultura familiar, têm merecido atenção dos movimentos afiliados a Via Campesina.

Ainda, a postura de preconizar a (re)integração aos mercados nacionais de alimentos se dá com o rompimento (ou pelo menos não priorização) das lutas pela reforma da estrutura agrária e pela transformação radical do Estado (via revolucionária). As lideranças adeptas da agricultura familiar entrevistadas demonstraram algumas discordâncias com o projeto da Via Campesina. Ao remeter às diferenças, chamavam atenção para o fato de que eles (agricultores familiares) precisam preservar e fortalecer os agricultores já estabelecidos, que possuem uma cultura local, um modo de produzir, uma estrutura comunitária firmada, propriedades individuais de cada família, em uma expressão síntese: “os com terra”. Este entendimento da preservação da “agricultura familiar” (“com terra”) implica na negação de um outro tipo de pequena agricultura, que é encontrada nos assentamentos de reforma agrária: os grupos coletivos, sem lotes individuais. No entendimento dos entrevistados, não seria necessário “destruir” a agricultura familiar para formar fileiras de “sem-terras” e depois recriá-la nos assentamentos. Além disso, uma liderança argumentou que nos assentamentos coletivos as famílias ao mesmo tempo em que são “donas” de tudo, não possuem nada que seja “seu”, não possuem patrimônio. Essa afirmação provoca um questionamento: como ficaria a reprodução social da família sem o

patrimônio familiar? A resposta a esta pergunta, levando-se em consideração as informações coletadas com os entrevistados, seria uma afirmação do tipo: não existe agricultura familiar sem unidade familiar de produção, pois, esta agricultura tanto ao nível da definição oficial, quanto na prática dos adeptos desta, requer como condições básicas: uma posse familiar, força de trabalho predominantemente familiar e ausência de separação do trabalho e da gestão na unidade de produção. Ou seja, para existir uma unidade familiar de produção é necessário uma área delimitada para a família explorar (utilizada tanto para a produção da subsistência, quanto para a comercialização e obtenção de renda para ao núcleo familiar). E, acima de tudo, uma posse familiar é necessária para possibilitar a organização e ocupação do trabalho dos membros da família visando tanto à reprodução e ampliação do capital, a garantia da melhoria da qualidade de vida da família, quanto permitir as condições para a formação de novas unidades familiares de produção aos descendentes. Estas características não podem ser observadas na íntegra em assentamentos com lotes coletivos²⁶.

Devido a sua postura de “conformidade” com a distribuição social dos fatores de produção e a não problematização da subordinação camponesa à lógica do capital, a proposta da agricultura familiar é considerada, por certos setores, como “conservadora”. Fernandes (2000, p. 08) esclarece:

O que há de novo é que, desde o início da década de noventa, surgiu outra leitura desse processo [diferenciação do campesinato] em que se defende a *integração* ao capital. Essa é a tese da *Agricultura Familiar*. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. Nesta tese, o Estado tem um papel determinante na elaboração das políticas que garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação.

Fernandes (2000, p. 09) continua:

Como os projetos do governo foram criados a partir de uma forte influência da visão da *agricultura familiar*, os primeiros movimentos [FETRAF e CONTAG] têm facilidade em aceitá-los, pela identificação que há em seus propósitos. Como é o caso do Pronaf, que tem como perspectiva de desenvolvimento e capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas. Esse programa é determinado para todos, sem direito à negociação dos princípios [...].

Enquanto os movimentos identificados com o projeto da agricultura familiar visualizam na integração com mercados nacionais de alimentos melhoras nas possibilidades de reprodução de suas bases, os identificados com a Via Campesina apontam os limites destas políticas compensatórias e acreditam que os primeiros movimentos estão sendo cooptados, na medida em que às políticas disponibilizadas para capitalização de setores camponeses transforma-os em “pequenos capitalistas”.

5. Considerações Finais

De modo geral, entende-se que a mobilização e organização dos agricultores familiares resultou na idéia de que “é possível ser feliz” como agricultor familiar (que a

²⁶ Tendo em vista que não existe a demarcação do lote familiar; o trabalho familiar não pode ser aplicado na unidade de produção da familiar, pois ela não existe; e, normalmente os assentamentos coletivos possuem clara divisão social do trabalho onde a gestão e o trabalho podem estar separados.

pequena produção pode sobreviver no capitalismo como produtora de alimentos para a Nação e que as famílias, ao exercerem este papel, podem ser felizes). A letra da música da agricultura familiar ilustra estas noções:

[...] **Sem medo de ser feliz na Agricultura Familiar/** Pois é esta a mão que faz a Nação se alimentar/ A cotia é pioneira na força de organizar/ Todos erguendo as bandeiras viva a luta popular.

É possível ser feliz com amor e muita paz/ Foi na terra que aprendi trabalhando com meus pais/ O sindicalismo novo é ferramenta pra lutar/ Trabalhadores fazendo a grande luta popular/ Unindo conhecimento com a coragem de mudar [...]

(GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL, 2006) (grifos nossos).

Segundo a perspectiva de Fernandes (2000), a ideário da *agricultura familiar* ganhou força e organização política própria nos anos recentes. Gestaram-se no Brasil, a formação de sindicatos, federações e confederação dos agricultores familiares, constituindo-se, também, um paradigma político relativamente delimitado. Dessa forma:

No gradiente das organizações do campo vão se configurando e se delimitando novos espaços políticos. Em uma parte, pode-se situar – grosso modo – as organizações de *agricultores familiares* - vinculadas à Contag/CUT – que estão mais voltadas às políticas de *integração* ao capital. Noutra parte, estão o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e, em certa medida, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que defendem políticas de resistência na luta contra o capital. (FERNANDES, 2000, p. 08-09).

Esta ruptura se processou principalmente durante a segunda metade dos anos 90 e culminou com o estabelecimento da seção da Via Campesina do Brasil em 1999, a articulação da Frente Sul da Agricultura Familiar, também em 1999 e, posteriormente, a fundação da FETRAF-Sul em 2001. Ou seja, foram formadas duas organizações gerais, cada uma com sua identidade e seu projeto.

A demarcação das diferentes posições entre estes atores para Fernandes (2000) frente ao capital delimita também a relação com os governos e a dependência de políticas públicas para a integração aos mercados e a valorização da *agricultura familiar* (visualizada na formação de “pequenos capitalistas”). As divergências da Via Campesina com a FETRAF, tem repercutido na disputa das bases sociais (para constituir-se em seu legítimo representante político). Para fortalecer uma organização em detrimento da outra, tem se buscado fortalecer e ampliar a identidade política mobilizadora e a influência sobre outros setores sociais. Exemplos disso são: a recente formação de uma organização de âmbito nacional (FETRAF-Brasil) aos moldes da FETRAF-Sul para abranger o setor da agricultura familiar nacionalmente, e a ampliação da abrangência da identidade política da Via Campesina para outras categorias sociais (quebradeiras de coco babaçu, catadores de caranguejos, pescadores artesanais, povos da floresta, etc.)²⁷.

Assim, está dada ao segmento de produtores rurais estudados possibilidade histórica de experimentar se “é possível ser feliz como agricultor familiar”. Para viver esta

²⁷ Outro exemplo da disputa entre as duas organizações é a recente cisão da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras. No ano de 2003, a organização nacional das mulheres trabalhadoras rurais – que aglutinava tanto mulheres participantes dos movimentos ligados à Via Campesina, quanto da FETRAF-Sul e outros setores da CUT – decide transformar-se em um movimento social, denominado de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Esta manobra foi lida como uma afirmação da identidade da Via Campesina no movimento e, por consequência, as mulheres vinculadas à FETRAF-Sul abandonaram esta organização e passaram a formar Coletivos de Mulheres da Agricultura Familiar no âmbito dos sindicatos ligados ao projeto da agricultura familiar.

experiência, entretanto, coloca-se como aliado do Estado o que o afasta de antigos parceiros que continuam entendendo que somente é possível ser feliz com a mudança dos princípios organizadores da economia.

6. Referências Bibliográficas

- BERNARDES, N. **Bases Geográficas do Povoamento de Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora UNIJUÍ/AGB, 1997 (Coleção Ciências Sociais).
- BRUM, Argemiro Jacob. **A Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CARINI, Joel João. **Estado, Índios e Colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- CONTERATO, Marcelo A. **A Mercantilização da Agricultura Familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS, 2004, (Dissertação de Mestrado).
- CARVALHO, Horácio Martins de. **Comunidades de Resistência e Superação**. Curitiba, 2002. Mimeo.
- CARVALHO, Horácio Martins de. (org.) **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Curitiba, 2004. [No Prelo].
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **O Fim do Milênio**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORDEIRO, Ângela. et al. **Organizações Sociais Rurais Diante do Ajuste: o caso do Brasil**. [Relatório Preliminar de Estudo encomendado pela FAO]. 2003. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em: 23, maio, 2005.
- DESER. **Estudo de Sistemas Agrários em Constantina-RS**. Curitiba: DESER, 2002. Mimeo.
- FERNADES, Bernado M. **A Questão Agrária no Limiar do Século XXI**. Presidente Prudente: NERA, 2000. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 23 mai 2005.
- FERNADES, Bernado M. **Questões da Via Campesina**. Presidente Prudente: NERA, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 23 mai 2005.
- FRÖHLICH, José Marcos. **Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 2002 (Tese Doutorado).
- GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL. **Música da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br>>. Acesso em: 10 jan 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhando no Chão da Noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MUNARIM, Antonio. **Terra Solidária e a Identidade dos Agricultores Familiares do Sul do Brasil**. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br>>. Acesso em: 02 dez 2005.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. (Série Estudos Rurais).



SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Cooperação Agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?** Passo Fundo: Berthier, 1992.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997 (Coleção Ciências Sociais).